DOI 10.5216/o.v17i2. 39950

O Monsenhor Luigi Pescarmona e as lutas sociais na Diocese de Guarabira (PB)

Francisco Fagundes de Paiva Neto[*]

Resumo: Através de fontes diversificadas, procuramos responder à questão de como seu deu a trajetória religioso-política do padre italiano Luigi Pescarmona. A opção de Luigi Pescarmona de tornar-se padre sofreu a influência da experiência de sacerdotes italianos opositores do regime fascista, além de ele ser pertencente a uma família de inclinação socialista e católica. A trajetória do religioso decorreu em meio a duas grandes transições no campo religioso católico: o Concílio do Vaticano e a crise da Teologia da Libertação, a partir da década de 1980. Durante a fase compreendida entre 1960 e fins da década de 1990, analisamos como ocorreu a experiência religiosa-política do padre Luigi Pescarmona, por meio de um *habitus* partigiano, ligado à Teologia da Libertação, cuja relação se deu com as demandas pela reforma agrária, sobretudo no estado da Paraíba. Os aportes de Pierre Bourdieu fomentaram a nossa percepção sobre a dinâmica do campo político, as disputas simbólicas, os conflitos entre classes e de representações, que demonstram diversos níveis de conflito no campo de força societal. Através da micro-história, recorremos ao uso das escalas, que nos permitiu perscrutar as fontes disponíveis. Utilizamos fontes orais, bibliográficas, primárias, artigos de jornais e documentos oriundos de arquivos judiciais.

Palavras-chave: Biografia; Trajetória; Teologia da Libertação; Memória; História oral.

[*] Graduado em História-Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde também fez mestrado em Ciências Sociais. Doutor em Ciências Sociais/UFCG. Professor de História do Brasil na UEPB. Universidade Estadual da Paraíba - Universidade Federal de Campina Grande. Graduado em História - UFRN.
E-mail: chicofagundes@gmail.com

The Monsignor Luigi Pescarmona and social struggles in the Diocese of Guarabira, Paraíba State

Abstract: We search to explain, through different sources, the question on how the religious political trajectory of the Italian priest called Luigi Pescarmona occurred. Luigi Pescarmona followed his calling under the influence of Italian priests who were opposed to the fascist regime, besides he belonged to a catholic family with socialist tendencies. His religious career was developed during two big transitions in the catholic religious field: The Vatican Council and the Liberation Theology crisis in the 1980s. We analyze his political religious practices during the period of 1960 to the 1990s through the partisan *habitus*, linked to the Liberation Theology, related to agrarian reform especially in the state of Paraíba, northeast of Brazil. Pierre Bourdieu's theoretical approach fomented our perception about the dynamics in the political field, the symbolic disputes, classes and representation conflicts in different societal levels. Regarding the micro historical contributions, we used the methodological approach of scales which allowed us a fair analysis of the available sources. As sources, we used oral narratives, bibliographical documents, primary sources, newspaper articles, and court law archives.

Keywords: Biography; Trajectory; Liberation Theology; Memory; Oral History.

El Monseñor Luigi Pescarmona y las luchas sociales en la Diócesis de Guarabira, Departamento de Paraíba

Resumen: A través de diferentes fuentes, tratamos de responder a la pregunta de cómo fue la trayectoria religiosa y política del sacerdote italiano Luigi Pescarmona. La opción para Luigi Pescarmona de ser sacerdote fue influenciada por de la experiencia de los sacerdotes italianos opositores al régimen fascista, así como por la inclinación socialista y católica de su familia. La trayectoria de la religión tuvo lugar en medio a dos transiciones importantes en el campo de la religión católica: el Concilio Vaticano II y la crisis de la Teología de la Liberación, a partir de la década de 1980. Durante el período comprendido entre 1960 y finales de 1990, analizamos las experiencias religiosas y políticas del Padre Luigi Pescarmona, a través de un habitus partisano, vinculado a la teología de la Liberacíon, cuya relación se da con las demandas por la reforma agraria, especialmente en el estado de Paraíba. Las aportaciones de Pierre Bourdieu fomentaron nuestra comprensión de la dinámica en la esfera política, las disputas simbólicas, los conflictos entre clases y representaciones, que expoen diversos niveles de conflictos en el campo de la fuerza de la sociedad. A través de la microhistoria recurrimos al uso de escalas, lo que nos permite investigar las fuentes disponibles. Utilizamos fuentes orales, bibliográficas, primarias, artículos de periódicos y documentos oriundos de los archivos judiciales.

Palabras clave: Biografía; trayectoria; Teologia de la Liberación; memoria; historia oral.

Considerações iniciais

Durante a nossa pesquisa voltada para a escrita da tese doutoral, tivemos contato com uma diversidade de documentos, que procuramos cotejar como forma de analisar a trajetória de um religioso católico, quanto aos movimentos sociais no campo. Esse esforço deu-se em uma atividade científica relacionando a história oral e a pesquisa em arquivos documentais. As entrevistas semiestruturadas possibilitaram um aprofundamento de questões sobre a herança político-socialista de uma região italiana na prática católica de um padre piemontês, cuja migração deu-se de um país associado ao Estado do Bem-Estar Social (embora tenhamos ciência dos problemas meridionais no caso italiano) para um país de economia periférica e de acentuadas disparidades regionais. As entrevistas com o padre foram realizadas ao longo de um ano, aprofundando as modalidades de resistência política motivadas pela Teologia da Libertação (TL) entre os religiosos e os leigos diante do avanço do capitalismo no campo (culturas pastoris, canavieira e pela ampliação das áreas de pasto) e da marginalidade social (favelização e migrações internas).

A escrita da biografia do monsenhor Luigi Pescarmona contou com documentos como processos, cartas, relatórios produzidos por religiosos e também pelo Livro de Tombo da Diocese de Guarabira. A diversidade das fontes permitiu-nos analisar a participação do padre em um contexto religioso e político de expressiva mobilização social de camponeses, mormente nas décadas de 1980 e 1990.

Breve abordagem sobre a influência dos religiosos estrangeiros no contexto católico brasileiro

As dinâmicas internas da Igreja, quanto à distribuição dos seus quadros entre diversos países, trouxeram consigo um fenômeno que reconfigurou o campo católico brasileiro, a partir da década de 1960, período de chegada ao Brasil de vários religiosos europeus. A chegada ao Brasil de muitos desses religiosos para o trabalho pastoral reverberou nas diversas regiões, tal qual um impacto quanto às liberdades políticas e à exclusão social. Essa condição credenciou muitos padres e freiras à participação em movimentos sociais urbanos e rurais, enfrentando os rigores da ditatura militar. Em escalas menores, os confrontos de muitos desses padres reformadores pela via da Teologia da Libertação (TL) ocorreram com empresários, comerciantes e membros da hierarquia católica associados às práticas de conservação social. Essa condição repercutiu em punições, expulsões, violências físicas e mortes de alguns religiosos, que se opuseram ao regime, por meio de conflitos na sociedade nacional e no interior da própria Igreja.

Os princípios do Concílio do Vaticano II (1962-1965) caracterizados pelo ecumenismo e pela descentralização possibilitaram aos religiosos uma imersão nas comunidades/sociedade, produzindo alguns conflitos com grupos mais ligados aos padrões do catolicismo tradicional, afeito ao centralismo e à cooptação ou ao beneplácito do clero, especialmente, por causa das

tensões originadas do liberalismo, do socialismo, do comunismo e das igrejas protestantes. Essa abertura de contato mais flexível dos religiosos com os fiéis tendeu ao estabelecimento de níveis de diálogo com a Teologia da Libertação, mormente devido à percepção dos problemas sociais e da violência política.

Diante do processo político do golpe civil-militar de 1964, setores da Igreja realizaram um conjunto de reflexões sobre o impacto do regime, assumindo a oposição política, tanto nas cidades como no campo. Essa conjugação tornou-se mais clara na década de 1970, quando emergiram expressões do movimento sindical rural e dos religiosos envolvidos com as questões de mobilizações dos trabalhadores afetados pela ordem econômica vigente.

A Igreja Católica mobilizou durante a década de 1970 agentes nas áreas rurais do Nordeste, a partir de fundamentos remanescentes da Ação Católica no Meio Rural (ACR), do Movimento de Evangelização Rural (MER), das Pastorais Rurais, que se afiliavam à Comissão Pastoral da Terra (CPT) ou de algumas organizações como o Serviço de Assistência Rural (SAR). Devemos atentar para o sentido de demarcar um espaço político por meio da Doutrina Social da Igreja diante dos grupos partidários de esquerda. Destarte, temos uma aproximação da Igreja com ideias progressistas, desde a garantia da permanência nas balizas clericais, distanciando-se dos quadros socialistas ou comunistas de aspecto laicizante. E essa afirmação assenta-se no contexto de tomada de posição dos bispos, por meio de alguns documentos como "Ouvi os clamores do meu povo" (região Nordeste) e "Marginalização de um povo. O grito das Igrejas" (Centro-Oeste), que demonstraram claramente as posições teológicas e políticas da hierocracia católica diante dos dilemas cotidiano dos camponeses (MARTINS, 1985, p. 118). E esses documentos foram atualizados por meio de um documento episcopal aprovado em 1980, na cidade de Itaici (SP), sob o título de "Igreja e os problemas da terra", cuja tônica era a percepção da cisão entre "a terra da exploração" e "a terra de trabalho", que demarca a vida brasileira, a partir de raízes históricas desde o século XIX com a Lei de Terras (1850). Conforme a análise:

> Quando, em 1979, à época da *abertura* do Governo Figueiredo, o 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (maio/79), patrocinado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), propôs a sua "reforma agrária ampla, massiva, imediata e com a participação dos trabalhadores" e associou reforma agrária e democracia, criou um espaço novo para a discussão deste tema e, pela ausência de interlocutores naquele momento, o ocupou por inteiro. Período de reorganização partidária, nenhum partido tinha condições de propor (pelo distanciamento do problema e pelo grau de detalhamento de uma proposta que sistematizava uma experiência vivida) alguma coisa que se aproximasse do projeto do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais. **Outra presença importante, ao longo desses anos, seria a da Igreja Católica. A rigor, a Igreja, como instituição, sempre esteve presente no campo [...] De suporte das formas tradicionais de dominação passou a suporte de contestação camponesa [...]** Esse espaço tendeu a ampliar-se entre 1979 e 1984, com a nova orientação adotada pelo movimento sindical de dar prioridade às lutas coletivas. Mobilizações sem precedentes em torno de preços mínimos e outros itens da política agrícola, previdência social, articulação das lutas em torno da terra, greves de assalariados, protestos de massa contra a construção de barragens ou pela exigência de indenização em terras, manifestações públicas em torno de problemas como secas e barragens ou exigindo simplesmente a reforma, sucederam-

> se, afirmando a presença do movimento sindical e delimitando um campo de lutas bem mais amplo que a simples oposição entre camponeses e latifundiários (PALMEIRA, 1989, p. 103-104, grifo nosso).

A situação cotejada por Palmeira permite a compreensão de um conjunto de práticas de resistência social nas quais os agentes da Igreja envolveram-se diretamente com o escopo de combater a precariedade das condições de vida dos fiéis, porque no campo passaram a ser ainda mais frequentes as modalidades de opressão social como: a expulsão das terras de trabalho; a falta do cumprimento de premissas tanto do Estatuto da Terra quanto do Estatuto do Trabalhador Rural; e a expansão do agronegócio relacionado ao exercício do poder político por grupos locais, que influíam inclusive nos sindicatos dos trabalhadores rurais. O contexto da luta pela reforma agrária no Nordeste brasileiro apresenta similitudes com o nacional, a partir de problemas comuns como a privação das condições de sobrevivência para famílias de camponeses sem terra, premidos pela falta de direitos sociais e trabalhistas e movidos pelas migrações internas; a condição de grilagem e expulsão de comunidades ou de tribos dos seus territórios ancestrais; e pela expansão das fronteiras agrícolas do agronegócio, que comprometeu radicalmente nas últimas décadas a sobrevivência das comunidades rurais ou dos camponeses sem terra diante das empresas relacionadas às *commodities*.

Nesse caso, o Nordeste brasileiro passou por uma permanência de explorações como a da cana-de-açúcar nas áreas da Zona da Mata e do agreste, sobretudo entre Rio Grande do Norte e Alagoas, tendo frequentes mobilizações sindicais de canavieiros na década de 1980 com apoio de leigos e religiosos católicos. Por outro lado, as fazendas criatórias de gado bovino e caprino, mantendo espaços de dominação das classes dominantes agrárias, que modernizaram a atividade exploratória por meio de investimentos em exemplares de raças estrangeiras e melhoramentos genéticos, acenando para a modernização com o apoio do Estado, cuja posição para o campesinato foi de garantia da expropriação (PALMEIRA, 1989). Essas condições históricas garantiram uma importância sem precedentes dos agentes da Igreja Católica (membros da alta hierocracia, mas também do baixo clero e, mormente, dos leigos envolvidos nas pastorais e nas Comunidades Eclesiais de Base, CEBs).

Diante deste processo social, no qual tantos agentes religiosos estiveram presentes fomentando experiências políticas diversas, elegemos para fins de pesquisa a participação do padre Luigi Pescarmona, italiano piemontês, que se radicou em Teófilo Otoni (MG) junto a um grupo de padres da Diocese de Alba (Cuneo), ainda na década de 1960. O primeiro contato pastoral do padre Luigi Pescarmona foi com as populações de trabalhadores da mineração e camponeses. Muitos destes realizaram migrações em decorrência da crise do setor minerador, bem como pelas demandas por terras de trabalho, sobretudo, na região Norte ou em áreas metropolitanas, devido à violência no campo. Ainda em Teófilo Otoni, conforme uma entrevista, que nos foi concedida por um camponês chamado Sílvio Rodrigues, o padre Luigi Pescarmona foi ameaçado de morte por um pistoleiro contratado por um proprietário da região, motivando a busca por outra paróquia. Segundo Sílvio Rodrigues, o pouco conhecimento da língua portuguesa, nessa fase, dificultou a própria narrativa do padre sobre a violência sofrida aos camponeses. Coube a Dom. Quirino, bispo de Teófilo Otoni, a realocação de Luigi Pescarmona em outra diocese, quebrando parte do núcleo dos piemonteses radicados na região, pois, desde então, os padres passaram a rumar para outras regiões do Brasil.

Posteriormente, a partir de um convite formulado por Dom. Marcelo Carvalheira, migrou para o desenvolvimento de atividades pastorais na Paraíba, no final da década de 1970. Quanto ao caráter mais específico deste trabalho, algumas questões nortearam nossa abordagem: como se deu a militância política de um padre estrangeiro no agreste paraibano nas décadas de 1980 e 1990? Quais os limites dessa prática nas fronteiras dos campos político e religioso? Como um conflito no campo religioso também foi instaurado? Assim, objetivamos analisar como foi feita a prática de um agente da Teologia da Libertação (TL) em uma área, até então, pautada pelo catolicismo de bases anteriores ao Vaticano II.

A pesquisa e as opções metodológicas

Nosso primeiro contato com o padre Luigi Pescarmona deu-se em 2004, quando fizemos algumas incursões na CPT, objetivando pesquisar a relação da Igreja com os movimentos sociais na Diocese de Guarabira, na Paraíba. Encontramo-nos no momento de uma refeição e tomamos uns goles de café juntos, enquanto conversamos sobre as razões das nossas visitas à CPT, fazendo leituras de recortes de jornais e de relatórios. O padre pôs-se a falar sobre as suas memórias dos conflitos de terra dos quais havia participado, dos processos nos quais foi réu e das questões políticas da Itália. Elaboramos um projeto e o procuramos para outra conversação, quando o convidamos para entrevistas sobre a questão agrária na Diocese de Guarabira. Quase todas ocorreram na sala de reunião da CPT (quando os serviços e as pastorais se concentravam em um prédio vizinho ao Palácio Episcopal, nas proximidades da Catedral de Guarabira) e, eventualmente, na residência do padre (uma apartamento construído por meio da tecnologia barro-cimento) ou na Comunidade Talita, fundada pelo padre para prestar um serviço assistencial a meninas e moças enredadas em redes de prostituição. O trabalho de entrevistas prolongou-se por cerca de um ano e, no fim, submetemos as transcrições para eventuais correções, que demandaram novas entrevistas, visando esclarecimentos e aprofundamentos. Isso prolongou mais um pouco o trabalho e, por fim, obtivemos um documento firmado em cartório, autorizando a publicação de trechos ou da totalidade dos registros.

A metodologia desta pesquisa associou-se à metodologia da história oral com o cruzamento de outras fontes: jornais, relatórios, processos-crime, cartas e trabalhos acadêmicos. Quanto à interpretação dos processos criminais, seguimos as colaborações de Grinbreg (2009, p. 128):

> Para ler processos criminais [...] é preciso saber trabalhar com as versões, perceber a forma como elas são construídas. Analisar como os diversos agentes sociais apresentam diferentes versões para cada caso e ficar atento [...] às narrativas que se repetem, às histórias nas quais as pessoas acreditam e àquelas nas quais não se acredita. É necessário trabalhar com a verossimilhança.

Os processos tornaram-se para o historiador um meio para avaliar como os indivíduos expressam as suas representações sobre o litígio. Por isso, em cada depoimento, encontram-se

elementos de acusação e de defesa, que através de um jogo linguístico (entre o expresso e o oculto) permite o veredito pelo juiz. Os próprios depoimentos expressam como os indivíduos representam as suas visões sobre o litígio, assim como realizam avanços e recuos estratégicos, que criam versões passíveis de crença ou de dúvida, quanto ao lugar ocupado pelo(s) indivíduo(s), em relação a quem e ao que está sendo julgado. O trabalho analítico do pesquisador, junto aos processos, permite o exercício de percepção dos movimentos dos indivíduos no espaço social diante de situações de conflitos mais acentuados, demonstrando como são exercitadas estratégias explícitas e veladas de enfrentamento por meio dos discursos e dos silêncios.

Quanto à história oral, buscamos em Saltalamacchia dois fundamentos metodológicos: a questão do "sentido" e o caráter da coinvestigação. O termo "sentido" é definido como:

> no lugar que ocupam os feitos na "estrutura de relevâncias" que organizam a percepção ativa do sujeito. Essa estrutura de relevâncias está fundada [...] nos valores, saberes e certezas que, segundo se supõe, o interpelado compartilha, em alguns casos, com quase todos seus contemporâneos e em outros como apenas alguns deles [...] A história de vida permite perguntar ao entrevistado sobre esse sentido particular que para ele tiveram os atos no momento que ocorreram (SALTALAMACCHIA, 1992, p. 81, tradução nossa).

[1]Esta é uma forma de estabelecer possibilidades de análise dos conteúdos da memória. Já o caráter da coprodução nos sugere uma experiência de pesquisa em que se visualiza o contexto a partir de um caráter dinâmico, fruto das relações do indivíduo com diversos campos sociais com os quais se relaciona (SALTALAMACCHIA, 1992).

A questão da coprodução permite um conjunto de análises e a aplicação dos critérios éticos exigidos pela história oral, pois nem todas as memórias, mesmo quando narradas, são publicadas, e isso exige o estabelecimento de um acordo entre entrevistador e entrevistado.

As entrevistas tiveram como característica comum o fato de serem semiestruturadas, pois no nosso entendimento permitiriam a inclusão, quase que imediata, de adendos e novas perguntas aos entrevistados, em períodos sequenciais, visando aprofundar a investigação, devido à percepção da existência de temas paralelos e complementares ao azimute estipulado. Afirmamos o quase imediato, porque em alguns momentos não foi possível a resposta ou a explicação de algumas questões emergentes no curso da entrevista, mas depois realizadas pelo agendamento com os colaboradores da pesquisa. O recurso metodológico de entrevistar o biografado e as pessoas do seu convívio é uma forma de reconstituir pela memória a pluralidade das situações experienciadas pelos indivíduos, dando espaço para o desvelamento de algumas ocultações voluntárias ou involuntárias (SALTALAMACHIA, 1992).

As fontes orais fizeram parte da pesquisa, na condição de produtor e de analista. As entrevistas com o biografado e as pessoas do círculo mais imediato permitiram a reconstituição social da experiência. A nossa estratégia foi a realização de entrevistas com cada indivíduo separadamente como forma de evitar pressões exteriores, que limitam algumas informações (SANTANA, 2000). Desse modo, ao analisar a relação das fontes orais, quanto ao seu uso por antropólogos e historiadores, o profissional de História:

> recebe então este instrumento [...] e dele faz uso para reconstruir a história do quotidiano, para procurar reconstruir a mente coletiva, os mitos, as memórias, identidades largamente difusas no interior de contextos sociais mais ou menos definidos (PIZZETTI, 2003, p. 24).

As identidades sob as narrativas orais podem demonstrar reconfigurações de acordo com a trajetória de um indivíduo. Entendemos que a metodologia da história oral permite o exercício do jogo de escalas por abordar a própria experiência de um indivíduo (ou de um grupo) em diversos momentos da sua vida, em espaços físicos e simbólicos distintos, além de permitir a confrontação da memória com outras fontes ou, ainda, de possibilitar também a conjunção e o contraponto com as narrativas sobre situações experienciadas coletivamente.

A partir dessas possibilidades metodológicas, realizamos pesquisas em outras fontes, visando construir um conjunto de referências para perscrutar a participação do padre Luigi Pescarmona na CPT e sua relação com os conflitos no campo. Alguns eixos, inicialmente, fizeram gravitar nossas entrevistas: a vida na Itália na fase da II Guerra Mundial (II GM) e o início da vida como padre no Brasil nos anos 1960. As duas temporalidades nos traziam uma série de imagens a partir das narrativas do padre, cuja família tinha vínculo com a resistência italiana ao fascismo, através dos grupos de guerrilheiros *partigiani* (constituídos por uma variedade de tendências políticas, como católicos, liberais, socialistas e comunistas) atuantes em várias frentes. O segundo eixo nos fez dialogar longamente sobre sua formação de padre durante o Concílio do Vaticano II e sua preparação para atuar no Brasil. Posteriormente, detivemo-nos em sua militância na CPT e junto aos camponeses da Paraíba.

A vinda do padre Luigi Pescarmona para os tristes trópicos: experiência pastoral e política em cenários de conflitos sociais

As narrativas sobre a infância nos arrabaldes da cidade de Alba (Cuneo), região do Piemonte, no curso da II GM, com os enfrentamentos entre os *partigiani* e as tropas nazifascistas, deram-nos condições para perceber a formação de um *habitus*[2] relacionado às questões sociais (PAIVA NETO, 2013). A Diocese de Alba contou com uma particularidade no contexto da guerra: o bispo Dom Luigi Grassi era monarquista, mas apoiou os guerrilheiros do norte da Itália, sendo conhecido como "bispo *partigiano*" (GRASSI, 1994). Ademais, a condição de camponês trabalhador[3], em Canale D'Alba[4], de Cesare Pescarmona (pai de Luigi Pescarmona), de opção política socialista e apoiador da resistência em uma contingência de experiências de classes no Piemonte e de memórias sobre lutas sociais. Assim, os conflitos sociais relacionados aos camponeses-trabalhadores e demais camponeses proletarizados são parte de uma memória de classe, ecoando depois na memória do religioso em outro país, mas com enleio com a participação política camponesa no Brasil. A situação liga-se a algumas questões da experiência e das vicissitudes sobre o padre piemontês Giovan Battista Chiesa, um exorcista do século XVIII apontadas por Giovanni Levi. Segundo Jacques Revel, na mesma linha de reflexão,

> todas as estratégias pessoais e familiares talvez tendam a parecer atenuadas em meio a um resultado comum de relativo equilíbrio. Todavia, a participação de cada um na história geral e na formação e modificação das estruturas essenciais na realidade social não pode ser avaliada somente com base nos resultados perceptíveis: durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política da vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais (REVEL, 2000, p. 18).

No caso de Giovan Chiesa, as questões atinentes disseram respeito às estratégias do religioso na Igreja e na aldeia de Santena, em uma região afetada por conflitos entre camponeses; pelas perspectivas sobre o sagrado e pela política das comunidades diante da centralização estatal (GRIBAUDI, 1998, p. 129).

Sobre o padre Luigi Pescarmona, essas interações passavam também pelas questões de ordem política na atualização de algumas experiências vividas ainda na casa paterna. Na nossa pesquisa, chamamos esse *habitus* de *partigiano* por sua relação com uma experiência política e de classe. Num estudo sobre memória, Connerton (1993, p. 47-48) visualizou a relação entre memória e identidades de classe. Nessa perspectiva, uma memória expressa (através da palavra ou dos atos políticos) a constituição de um passado performativo de um *habitus* de classe, que pode ser ressignificado em outros contextos e temporalidades. Assim, o *habitus* é estruturado e estruturante, como um ato de rememorar, e conjuga tempos verbais pretéritos e do presente, demonstrando que mesmo um religioso na sua ascese expressa sentidos relacionados a um *habitus* de classe, quer pela própria socialização primária, quer por outras dinâmicas de adesão afetiva. O *habitus* de uma experiência de classe vibra as cordas no presente e faz ecoar ondas sonoras futuras.

As entrevistas demonstraram como a oposição piemontesa ao fascismo foi importante nessa conjugação, pois a industrialização local tinha mobilizado uma organização de trabalhadores com os grupos comunistas, deflagrando intensos conflitos e uma brutal repressão fascista entre 1918 e 1922 (SASSON, 2009, p. 24). Turim foi um foco de mobilização operária com forte organização sindical e partidária, onde Antonio Gramsci se tornou notável (MAESTRI; CANDREVA, 2001), na fase anterior ao fascismo[5]. Em 1944, os Aliados penetraram pelo sul da Itália e foram auxiliados por formações guerrilheiras, que desmantelaram o governo fascista. Avaliando os movimentos de resistência europeus, Hobsbawm caracterizou uma diversidade e níveis de participação:

> Primeiro, sua importância militar (com a possível exceção da Rússia) foi insignificante antes de a Itália retirar-se da guerra em 1943, e não decisiva em parte alguma, com exceção talvez de partes dos Bálcãs. Deve-se repetir que seu significado foi político e moral. Assim, a vida pública italiana foi transformada, após mais de vinte anos e um fascismo que desfrutara de considerável apoio até mesmo entre os intelectuais, pela mobilização impressionante e generalizada da Resistência em 1943-45, incluindo um movimento *partisan* armado no Centro e Norte da Itália de por volta de 100 mil combatentes, com 45 mil mortos [...] Enquanto os italianos podiam deixar a memória de Mussolini para trás com a consciência limpa, os alemães, que tinham apoiado o seu governo até o fim, não podiam colocar distância entre eles próprios e a era nazista de 1939-45 [...] A segunda observação sobre a Resistência é que, [...] com a notável exceção da Polônia, sua política pendia para a esquerda [...] O mesmo, não se deve esquecer, fizeram os elementos profunda e intransigentemente

> anticomunistas na Igreja Católica e seus exércitos de religiosos convencionais, embora a política da Igreja fosse demasiado complexa para ser classificada simplesmente como 'colaboracionista' em qualquer parte (HOBSBAWM, 1995, p. 165-166).

A sociedade italiana estava fragmentada em diversas posições políticas, e as ações dos *partigiani* junto com os aliados foram eficazes para a derrota de Mussolini em 1945. Com o fim da guerra, o esforço para reconstruir a sociedade italiana tomou corpo, por meio de um processo de pacificação que envolveu vários agentes políticos: a Democracia Cristã, os socialistas e os comunistas. Sobre a reestruturação italiana depois da II GM, obtivemos algumas referências que demonstram o nível de participação na política: os traumas em relação ao fascismo e os temores diante de outro governo que pudesse flertar com uma feição autoritária, no caso específico dos comunistas simpáticos a Iosif Stalin. Segundo o padre Luigi Pescarmona,

> as eleições de 1948, que foram decisivas para a Itália, porque havia a possibilidade do comunismo entrar pela ideia, por eleição na Itália. E não entrou por acaso. Então o comunismo ficou por 40 anos numa oposição legal, firme, mas sem revolução, numa atuação mesmo partidária. Estavam numa oposição democrática. Mas, em 1948, os comunistas estavam na hora de ganhar, mas erraram no modo de fazer a propaganda, a publicidade. Salientaram muito o *eliminaremos*: eliminaremos a Igreja, eliminaremos não sei o quê. Então não calcularam a base católica histórica da Itália, que [...] Antonio Gramsci dizia: *Na Itália o comunismo tem que tomar conta, tem que calcular que a base é católica.* Se tivessem observado essa parte e eliminado as críticas à religião, à Igreja [...] Porque qualquer italiano como comunista manda os filhos estudar em escolas católicas [...] Foi nesse clima de efervescência política, no ano de 1948, quando eu ainda era criança, que ficava circulando pelas ruas e presenciando as manifestações políticas na minha cidade. (grifo nosso)

É importante ressaltar que as disputas entre os comunistas e os fascistas foram tão acentuadas nos anos anteriores à II GM quanto nos anos posteriores[6]. Um aspecto significativo para a constituição da trajetória de vida do padre Pescarmona foram as socializações primárias e as secundárias firmadas ou tangenciadas em campos políticos sinalizados pela esquerda. Essa condição permite-nos referenciar, a partir de Fentress e Wickham (1992), que a memória é sempre social, pois os homens não são autômatos, mas relativamente autônomos diante das instituições sociais. Por outro lado, é necessário considerar uma dimensão da memória cuja expressão também se delimita pela herança dos acontecimentos marcantes da classe no núcleo familiar (CONNERTON, 1993). Inicialmente, a casa junto com o pai, um socialista; na sequência, as experiências em Minas Gerais durante a ditadura militar; e, por fim, os vínculos com os movimentos políticos dos camponeses na Paraíba. Embora esses vínculos tenham sido estabelecidos com os grupos de esquerda, havemos de perceber uma relação de equidistância, na medida em que o próprio Concílio do Vaticano II fazia críticas ao capitalismo no sentido de reformá-lo para garantir a dignidade entre os homens.

A Igreja, ciente do caráter universalista da religião, não quis se prender à dimensão de exclusividade para uma "classe", mas para o seu rebanho, sem fazer distinções. Este foi o primeiro ponto que identificamos, no que se refere aos limites da TL entre os religiosos e no caso do monsenhor Pescarmona, especificamente. Um dos fatores confirmadores dessa nossa análise foi a nova romanização realizada pelo papa João Paulo II, cujo alvo foi a TL, o que implicou sanções contra alguns teólogos e a saída de outros de suas fileiras, como Leonardo

Boff. Entre os leigos, esse fator resultou na formação de um movimento social com um maior *quantum* de autonomia, mesmo mantendo abertura para dialogar com a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e com a CPT. Estamos nos referindo ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O segundo eixo das nossas entrevistas foi o da formação contemporânea ao Vaticano II e sua vinda para o Brasil. Aqui nos defrontamos com alguns elementos sobre uma rígida formação em um seminário italiano, às expensas do pai e de um irmão. O monsenhor nos destacou a qualidade da formação proporcionada aos seminaristas, pois o seminário tinha professores de renomadas universidades europeias, como as de Budapeste, de Louvain ou de outras localizadas na Alemanha, conforme mostra este trecho da entrevista:

> Eu entrei para o seminário com 14 anos. Pelos meus cálculos foi por volta de 1951-52 [...] Então eu quis continuar no seminário, que era pago, tal qual um colégio particular. Os estudos no seminário eram caros. Diziam-me às vezes: *Você não vai pagar*! (risos). Mas eu recebi ajuda, né? Recebi ajuda de papai, do meu irmão, logo depois de mim, que trabalhava muito para me ajudar a dar conta dos estudos, para pagar o seminário, os livros... No período em que estava no seminário me senti influenciado [...] com dois grandes representantes da democracia-cristã: a Itália, com De Gasper, e a Alemanha, com Adenauer. Os dois fundaram o Partido Democrata Cristão [...] e conseguiram grande popularidade. Ambos eram remanescentes de grupos de resistência ao fascismo e ao nazismo. E os dois eram católicos fervorosos.

Encontramos mais elementos para entender uma formação religiosa atenta às questões políticas do mundo inteiro. Mas a entrevista nos faz depreender que, mesmo tendo a influência paterna socialista, o campo religioso católico, representado pela democracia cristã, promoveu um grau de erosão em relação ao pensamento político de esquerda. Provavelmente, os traumas da II GM vivenciados pela sociedade europeia colaboraram para reflexões em instituições como a Igreja Católica, que sentiu a necessidade de um *aggiornamento* por meio de um novo concílio, o que pôde influir no curso da política por meio de um partido próprio: a Democracia Cristã, que, a rigor, distanciava-se de qualquer modalidade de experiência política socialista. Então, sempre é necessário, de acordo com a dinâmica da trajetória social de um indivíduo, ter acuidade para verificar o nível de tensão com a estrutura, ou, em outros termos, de um indivíduo com o campo. A relação entre determinado *habitus* e o campo em que o indivíduo se movimenta pode representar tanto a manutenção de uma dada estrutura social quanto sua reversão. Conforme a reflexão,

> não se pode negar que há um estilo próprio a uma época, um *habitus* resultante de experiências comuns e reiteradas, assim como há um estilo próprio de um grupo. Mas para todo indivíduo existe também uma considerável margem de liberdade que se origina precisamente das incoerências e confins sociais e que suscita a mudança social (LEVI, 1996, p. 182).

Assim, destacamos que, mediante as condições sociais, o campo de possibilidades pode se apresentar com brechas, cuja mobilização de determinado grupo/classe social pode manifestar estratégias específicas quanto à ordem social. Em outro momento das entrevistas, o padre mencionou as reflexões sobre a história contemporânea durante o período de formação religiosa.

Ao que parece, a Igreja realizou, em alguns seminários, um trabalho preparatório para os novos desafios oriundos do pós-guerra, considerando a bipolaridade decorrente das tensões entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os seus aliados. Em uma escala de análise voltada para o contexto italiano, deve-se levar em conta a busca pela Igreja de garantir a autonomia diante do Estado italiano e das tentativas intervencionistas como as de Mussolini. Sobre os embates políticos na década de 1960 na Itália, o padre Pescarmona rememorou:

> E quando, em 1960, houve um governo filo-fascista, isto é, depois de anos e anos as pessoas voltavam a defender ideias fascistas. Eu me lembro que era um seminarista, perto já da batina, e fui para uma manifestação em Parma [...] para demonstrar o meu repúdio ao fascismo. Fui com um grupo de seminaristas para participar de uma manifestação [...] Havia tambores, tambores, que faziam muito barulho para demonstrar a indignação dos manifestantes contra as ideias da extrema-direita [...] Fui ordenado em setembro de 1961, em Alba. Lembrando que o Concílio de Vaticano II iniciou em 1962. E eu estreei no Brasil em 1966.

A vinda para o Brasil foi fruto de alguns contatos, no ano de 1965, com o bispo de uma diocese recém-criada, a de Teófilo Otoni, em Minas Gerais, que estava participando do Concílio do Vaticano. A nova diocese necessitava de padres devido à dispersão da população. A Igreja realizava cursos preparatórios para os padres que vinham para a América Latina, conforme esta narrativa:

> Informei-me e fique sabendo que havia um curso, em Roma, de preparação para América Latina, com 15 dias de atividades. E logo me inscrevi. Era em setembro-outubro. Fiz estudos sobre a América do Sul e o Brasil, também. Não me falaram nada do golpe de Estado. Estudamos mais os aspectos sociológicos e religiosos. Não falaram nada do político. Acho que não haviam ainda se dado conta ainda, pois estávamos em 1965 e o golpe havia ocorrido em 1964 [...] Ainda era inicial. E também a Igreja, com medo do comunismo, não percebeu onde havia caído. Então nos 15 dias, estudamos a sociologia das religiões do Brasil, as cidades. E eu, então em 1965, aceitei e fiz um contrato com o bispo, que me enviava na Itália, e com o bispo, que me recebia, e me aceitava em Minas Gerais.

Provavelmente, como os mestres da Igreja se encontravam em uma fase de transição, não se detiveram na discussão sobre os golpes de Estado na América Latina, buscando uma convivência dos religiosos com a ordem política, ou tenham acreditado que o terrorismo de Estado não fosse estimular a ativa participação de membros do clero com organizações de esquerda. O trabalho do padre, como certamente de tantos outros, foi feito no sentido de atender, mais imediatamente, às necessidades espirituais dos fiéis da paróquia, como foi rememorado:

> Por isso, os primeiros anos foram só de adaptação, de conhecimento [...] Então, em 1969 não havia uma linha, havia uma abertura. Escutava, lia, participava de encontros. Mas depois de 69, em 70 eu estava decidido em participar em uma linha popular de mudança de governo [...] E também procurei me aproximar mais dos estudantes e dos trabalhadores. Nos anos 60 em Minas Gerais, já havia feito a sua expulsão de pequenos produtores e sitiantes dos campos. E os campos estavam cheios de fazendas, quase que vazias de pessoal. A diferença é que no Nordeste a expulsão é posterior. Aqui os campos ainda estavam cheios de famílias.

A narrativa demonstra problemas sociais referentes aos trabalhadores desprovidos de terra e que se viram obrigados a migrar para outros estados ou a permanecer num processo de marginalização social nos subúrbios das cidades médias ou de grande porte. A indignação com as dificuldades oriundas do modelo econômico adotado pelos militares dava claros sinais, através das migrações, que resultavam na fragilização de comunidades e pelo fato de acentuar as condições de miséria e de pobreza, além de comprometer o próprio trabalho religioso. O fim da década de 1960 serviu como uma primeira experiência para se perceber os problemas de ordem social no Brasil. Queremos salientar um ponto em relação à citação passada, quanto à pergunta feita sobre a participação política no Brasil: a referência à decisão de participar de uma linha popular de mudança de governo e a "necessidade premente de se constituir no Brasil um governo que verdadeiramente criasse oportunidades para todos". Essa demanda esteve presente nas preocupações dos simpatizantes da TL, como uma forma alternativa de falar da "opção preferencial pelos pobres". O padre concluiu uma parte da entrevista dizendo o seguinte sobre os anos de 1967-68: "Não assustava se o bispo de Belo Horizonte torcia pelo Galo (Atlético Mineiro), mas se assustavam quando nós torcíamos pela UNE".

Setores da Igreja foram tocados pelas dificuldades enfrentadas pelos fiéis, dando vazão às práticas relacionadas à Doutrina Social da Igreja. O envolvimento do padre Luigi Pescarmona com camponeses vítimas da violência motivaram as ameaças de um proprietário rural da área de Teófilo Otoni, que resultou em sua transferência para outra diocese. Em uma entrevista realizada com um camponês sobre a violência contra o padre Luigi por um fazendeiro, em Minas Gerais, foi-nos narrado:

> o padre Luís celebrou, mas teve que vir correndo para não ser matado lá em Ataleia, [...] E nessa história toda, o padre Luís falava a verdade, como fala até hoje, e um pistoleiro de latifúndio imprensou ele, que saiu correndo. E ele chegou em Teófilo Otoni [...] Eu fui encontra ele lá e ele estava desfigurado, quando eu encontrei ele lá [...] Ele foi lá não só para celebrar, mas para ver se o coração voltava a bater forte e aquela coisa toda, porque naquele momento ele estava fugido do latifúndio[7].

Em seguida, deu curso à transferência para a Paraíba (1977), tocada pela violência, depois de alguns anos de aprendizagem da língua portuguesa, da necessidade de dissolver um grupo de padres italianos e dos caminhos a serem seguidos na via da TL. Sobre a chegada e a realização do trabalho junto com Dom Marcelo Carvalheira, em uma diocese marcada pela presença de padres estrangeiros (excetuando-se dois brasileiros: Joaquim, de Araruna, e Epitácio, da Serra da Raiz), recordou que a Igreja era mais sacramentalista em 1977. Porém, a situação ganhou nova configuração quanto à questão agrária a partir de 1979, quando o monsenhor apresentou

> a Dom Marcelo um mapa da Paraíba num isopor, marcando várias comunidades com alfinetes de cabeças coloridas: amarelo, verde, vermelho, negro e azul. Eram cinco níveis, que marcavam visualmente a situação da paróquia da catedral de Guarabira, junto com Araçagi, Pilõezinhos, Cuitegi, Alagoinha. Então, apresentei dentro de dois anos, 79 e 80, esse mapa visual, que havia o nome do lugar, o alfinete e a legenda, que trazia um diagnóstico da situação. Suponhamos: comunidade onde só havia terço, novena, festa de padroeiro; comunidades que, além disso, se reuniam para discutir os problemas locais;

> comunidades onde havia discussão e enfrentamentos de problemas e exigências, com reuniões e mobilizações; e, por fim, comunidades que são abertamente envolvidas com a questão trabalhista, agrária ou a questão da mulher, que eram pontuadas com uma cor mais forte, o vermelho, né?

Alguns padres também estrangeiros (sobretudo, Cristiano e Leonardo) se empenharam em adquirir experiência no projeto de uma Igreja mais voltada para os problemas dos pobres rurais e urbanos. O monsenhor Pescarmona dedicou-se, prioritariamente, às questões referentes à organização dos trabalhadores rurais, que denominou de imagem de um tripé: a organização das comunidades, a constituição de chapas para eleições dos sindicatos de trabalhadores rurais isentas à cooptação dos proprietários rurais e as discussões iniciais sobre um partido ainda novo, o Partido dos Trabalhadores (PT).

A partir de então, várias foram as "estratégias de subversão", no sentido bourdieusiano (LOYOLA, 2002), adotadas para mitigar as condições de miséria rural, que passaram por obras em algumas comunidades, como pequenos açudes; resistência às expulsões de camponeses das terras de trabalho (após a morte do proprietário e da partilha entre os herdeiros, ou das dispensas do trabalho depois da limpeza dos terrenos para o plantio de capim, no caso da expansão da atividade criatória, ou da cana, que atendia ao setor sucroalcooleiro); coordenação de "entradas" (no sentido de ocupar as terras), em áreas de onde os camponeses haviam sido expulsos; apoio às mobilizações de trabalhadores urbanos, que não tinham um salário digno; romarias da terra; acampamento de camponeses em praças públicas de João Pessoa, com o objetivo de denunciar a lentidão dos processos de reforma agrária; manifestações em quartéis ou delegacias para denunciar as prisões arbitrárias de camponeses ou de membros da CPT; realização de programas de rádio, com o objetivo de fazer uma leitura da Bíblia, sob a ótica da TL; e, por fim, publicação de livros de cânticos com as músicas cantadas pelos camponeses para que fossem também cantadas nas missas.

A partir das narrativas do monsenhor, pudemos verificar que o trabalho na CPT e com os camponeses se estendeu do final da década de 1970 até os anos da década de 1990. Sua militância ao lado dos camponeses resultou em tentativas de atentados contra sua vida, além de ameaças de morte, processos com o fim de conter o trabalho com os camponeses, acusações de estar organizando movimentos com táticas de guerrilha, além de violências simbólicas[8]. O monsenhor respondeu a vários processos na Justiça, inclusive um de expulsão baseado na extinta Lei de Segurança Nacional, que virou jurisprudência no final da década do ano de 1990.

A disposição dos proprietários para praticar violências resultou na morte de um participante de uma Romaria da Terra e da presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (1983); torturas de camponeses; tiros de carabinas de calibre 12 contra mulheres e crianças (Dona Inês e Campo de Santana); prisões arbitrárias; violências que resultaram em abortos em áreas em que camponeses sofreram processos de despejos; necessidade de cirurgias reparadoras em crianças após a desocupação de áreas; destruição de casas e de plantios, entre outras.

Contudo, apesar das situações de violência física ou simbólica, as classes dominantes agrárias[9], no Agreste e no Brejo paraibanos, criaram estratégias para conservar seus patrimônios, por meio de manobras jurídicas, do uso da imprensa ou mesmo de uma opção católica antissocialista, através de menções a um modelo de Igreja e de religiosos afeitos unicamente aos ritos ou, quando vinculados à política, à política dos proprietários de terra ou dos grupos conservadores. Um exemplo clássico foi o de Frei Damião, que, em suas pregações pelo Nordeste com sua prática missionária, combatia todas as formas de socialismo e, com alguma frequência, aparecia em palanques em campanhas eleitorais[10] de políticos associados aos proprietários de terras ou às oligarquias regionais, como no caso de Fernando Collor de Mello.

Em contrapartida, a organização da CPT e dos camponeses resultou em cerca de 48 assentamentos na área da Diocese de Guarabira. A partir da luta pela terra, com a concretização da reforma agrária, coube à CPT captar recursos nas entidades estrangeiras e fazer a mediação com o Estado, com o objetivo de facilitar e garantir o êxito de outra fase na construção e na consolidação dos assentamentos, a chamada "luta na terra", para dar viabilidade a um projeto de reforma da sociedade, em um tempo de tantos impactos sobre os camponeses, em decorrência da mundialização e do agronegócio.

Notas

1 "el lugar que ocupan los hechos en la 'estructura de relevancias' que organizan la percepción activa del sujeto. Esa estructura de relevancias está fundada [...] en los valores, saberes y certezas que, según se supone, el interpelado comparte, en algunos casos, con casi todos sus contemporáneos y en otros con sólo algunos de ellos [...] La historia de vida permite preguntar al entrevistado sobre ese sentido particular que para él tuvieron los actos en el momento de ocurrir."

2 A noção de habitus é a de um "sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente 'regulamentadas' e 'reguladas' sem ser o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente" (BOURDIEU, 1994, p. 61). Temos uma tensão entre agência e estrutura social, pois o habitus é produto, mas é igualmente produtor como um princípio gerador de práticas e representações.

3 O camponês trabalhador tem as seguintes características: 1) sua condição é de uma adaptação permanente e de longa duração, que tem emergido em resposta às mudanças estruturais dentro das sociedades industriais. Essa categoria é histórica, tem existido desde o século XVIII, na Itália, e se desenvolvido desde a II GM; 2) é um processo que se relaciona com a dinâmica familiar e as fases da vida, tais como casamento, reprodução, educação de crianças e aposentadoria; 3) os camponeses-trabalhadores persistem ao longo da gerações (cf. HOLMES, 1983, p. 734-748 apud MENEZES, 2002, p. 46). Essa classificação define um proletário de uma aldeia, cujos rendimentos são obtidos fora da sua comunidade. O camponês-trabalhador realiza trabalhos não agrícolas na cidade e ofícios agrícolas em sua aldeia por longas horas. O cultivo de uvas e a atividade vinícola eram conhecidos pelos Pescarmona, mas Cesare Pescarmona também trabalhava numa empresa de farináceos.

4 Alba localiza-se próximo a Turim, centro de agitações operárias na década de 1920.

5 Sobre o fascismo como regime (1926-1943), sugerimos: LUPO, S. Il fascismo. Roma: Donzelli Editore, 2005.

6 A Itália vivenciou o chamado "Outono quente" (1969), em virtude de greves e ocupações de fábricas pelos membros dos Conselhos de Fábrica. Em meio às tensões com os setores políticos conservadores, os neofascistas e os serviços secretos italianos e dos EUA, ocorreu uma violenta repressão, que acentuou o ânimo de setores comunistas que ingressaram nas Brigadas Vermelhas e no Poder Operário com práticas de política armada até o começo da década de 1970 (Cf. MODONESI, 2010).

7 Sílvio Rodrigues. Entrevista ao autor.

8 Para Bourdieu (1996, p. 171), "A violência simbólica [...] extorque submissões que sequer são percebidas como tais, apoiando-se em 'expectativas coletivas', em crenças socialmente inculcadas. Como a teoria da magia, a teoria da violência simbólica apoiando-se [...] em uma teoria da produção da crença, do trabalho de socialização necessário para produzir agentes dotados de esquemas de percepção e de avaliação que lhes farão perceber as injunções inscritas em uma situação, ou em um discurso, e obedecê-las". A violência simbólica assume o aspecto de uma "persuasão clandestina", sendo implacável por fazer parte da "ordem das coisas" servindo como esteio à dominação e à política (BOURDIEU; WACQUANT, 1995, p. 120). Padre Luigi narrou-nos o uso de adjetivações depreciativas por setores relacionados às classes dominantes agrárias (e conseguimos também atestar em processos e jornais): "padreco filho da puta" (por querer tomar "as terras dos outros"), "padre comunista" (porque "fazia política"), "terrorista" e "palestino" (pois andava com camponeses "armados" com foices e facões) e que "tinha um caso com uma jovem advogada" (como forma de desacreditá-lo diante dos fiéis, em virtude de um questionamento moral).

9 Referimo-nos aqui às frações dos proprietários de terra assentados historicamente em latifúndios, que remontam ao século XIX, com atividades produtivas consorciadas pela produção de cana-de-açúcar e/ou pecuária, mesmo durante a fase de modernização agrícola com o PROALCOOL. Manifestaram-se como classe no campo político nos processos eleitorais, na contenção das Ligas Camponesas (década de 1960), no combate às ações da Pastoral da Terra, nas décadas de 1980 e 1990, usando artifícios junto ao Judiciário (local e nacional) e da imprensa como forma de reproduzir o poder político. Ver Paiva Neto, 2011. Para uma leitura sobre a classe dominante agrária, ver: Mendonça, 2006.

10 Sobre essa questão, ver: CRUZ, João Everton da. Frei Damião. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010, p. 11-12.

Referências

BETTO, Frei. **Batismo de sangue**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Mira-Sintra; Mem Martins: Publicações Europa-América, 1983.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Löic. **Respuestas**. México (DF): Ed. Grijalbo, 1995.

BOURDIEU, Pierre. Esboço da teoria e da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu** – Sociologia. 2. ed. Tradução Paula Monteiro. São Paulo: Ática, 1994. p. 46-81.

_____. **Razões práticas**. Campinas: Papirus, 1996.

CAMPO, German Guzman. **Camilo, el cura guerrillero**. Bogotá: Servicios Especiales de Prensa, 1967.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. Lisboa: Celta, 1993.

CRUZ, João Everton da. **Frei Damião**: a figura do conselheiro no catolicismo popular do Nordeste brasileiro. 2010. 118f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória social**. Lisboa: Teorema, 1992.

FORTES, Carolina Fortes. A produção literária dominicana no século XII: uma breve visão sobre a hagiografia. In: COSTA, Sandro da et al. (Org.). **Atas do ciclo**: a tradição monástica e o franciscanismo. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2003.

GRASSI, Luigi Maria. **La tortura di Alba e dell'albense (1944-1945)**. 3. ed. Alba: San Paolo, 1994.

GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 1998. p. 121-150.

GRINBERG, Keila. Processos criminais. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tania R. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE BRETON, Binka. **A dádiva maior**: a vida e a morte corajosas da irmã Dorothy Stang. Porto Alegre: Editora Globo, 2008.

_____. **Todos sabiam**: a morte anunciada de Padre Josimo. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

LE GOFF, Jacques. **São Francisco de Assis**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **São Luís**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Tradução Cynthia M. de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

LOYOLA, Maria Andréa. **Pierre Bourdieu**: entrevistado por Maria A. Loyola. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

LUPO, Salvatore. **Il fascismo**. Roma: Donzelli Editore, 2005.

MAESTRI, Mário; CANDREVA, L. **Antonio Gramsci**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARTINS, José de Souza. A Igreja face à política agrária do Estado. In: PAIVA, Vanilda (Org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

MENDONÇA, Sônia R. de. **A classe dominante agrária**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: EDUFPB, 2002.

MODONESI, Massimo. **Subalternidade, antagonismo, autonomia**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; Prometeo Libros, 2010.

MORADIELLOS, Enrique. **Las caras de Clío**. Madri: Siglo XXI Editores, 2001.

MURPHY, Roseanne. **Mártir da Amazônia**: a vida de Dorothy Stang. São Paulo: Paulus, 2008.

PAIVA NETO, Francisco Fagundes. A Ação Católica: a resistência piemontesa ao fascismo (1933-1944). **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 58, p. 14-20, maio 2013.

_____. **A trajetória religiosa-política do padre Luigi Pescarmona (1960-2000)**: entre o *habitus* partisão e o assistencial. 2012. 300f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2012.

_____. Reforma agrária e justiça. In: 35º. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. **Anais...** 2011. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=181&limit=20&limitstart=0&order=hits&dir=ASC&Itemid=280>. Acesso em: 05 fev. 2014.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, set./dez. 1989.

PEREIRA, Nilo. **Dom Vital e a questão religiosa no Brasil**. Recife: Imprensa Universitária/UFPE, 1996.

PIZZETTI, Silvia. Os fundamentos epistemológicos e metodológicos do conhecimento histórico. **História Social**, Campinas, n. 10, p. 13-34, 2003.

REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 7-37.

SALTALAMACCHIA, Homero. **La historia de vida**: reflexiones a partir de una experiencia de investigación. Puerto Rico: Ediciones SIJUP, 1992.

SANTANA, Manoel Henrique de Melo. **Padre Cícero do Juazeiro**. Maceió: EDUFAL, 2009.

SANTANA, Marco Aurélio. Militância, repressão e silêncio: relato sobre uma experiência com a memória operária. **História Oral** (Revista da Associação Brasileira de História Oral-ABHO), São Paulo, n. 3, jun. 2000.

SASSOON, Donald. **Mussolini e a ascensão do fascismo**. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

SILVA, Claudia Neves da. Igreja católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 15, p. 326-351, jan./jun. 2006.

SILVEIRA, Ildefonso; REIS, Orlando dos (Org.). **São Francisco de Assis**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOBREIRA, Azarias. **O patriarca de Juazeiro**. Petrópolis: 1968.

Entrevistas

Monsenhor Luigi Pescarmona, coordenador da CPT/Guarabira. Entrevistas concedidas ao autor entre 2008 e 2010.

Sílvio Rodrigues, ex-sindicalista. Entrevista concedida ao autor em Montes Claros (MG), 19 de maio de 2010.

Recebido em 24 de fevereiro de 2016
Aceito em 08 de fevereiro de 2017